

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT05.001

# MEMÓRIAS DE UMA MULHER DA ROÇA: DONA BENTA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO BRASILEIRO

Maria Carolina Machado Magnus<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo tem por objetivo narrar a história de vida de uma mulher da Roça<sup>2</sup>. Dona Benta, agricultora aposentada, tem 80 anos e vive no município de São João do Sul, extremo sul de Santa Catarina. Mas, por que contar a história da Dona Benta? Porque ela necessita e merece ser contada. Porque a sua história entrelaça-se com outras histórias, dá visibilidade ao seu espaço local e global e, também, evidencia tramas de uma coletividade. Buquei com essa pesquisa evidenciar como ela foi se constituindo mãe, esposa, agricultora, - Mulher da Roça - e, principalmente, problematizar o papel do patriarcado no campo brasileiro - que no caso da Dona Benta, a impossibilitou de frequentar o ambiente escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizei a história de vida, que busca narrar a trajetória de um indivíduo conforme ele recorre a memória, lembra, relata e reconstrói o já vivido. Realizei uma entrevista semi-estruturada com perguntas sobre infância, família, educação e trabalho na roça. Pude concluir que, a história de Dona Benta é permeada por múltiplas funções, pelas desigualdades de gênero, pelo trabalho infantil que iniciou muito cedo em sua vida e, principalmente, por sua impossibilidade de frequentar o ambiente escolar, realidade de mui-

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - SP. Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina - SC, [maria.carolina.magnus@ufsc.br](mailto:maria.carolina.magnus@ufsc.br).

2 Pesquisa aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC). Número do Parecer: 6.997.387

tas mulheres camponesas até a atualidade. Ainda, para finalizar, a história da Dona Benta, por mais individual que pareça ser, faz parte de um contexto coletivo que está permeado por relações de poder.

**Palavras-chave:** Mulher da Roça, História de Vida, Educação Escolar, Mulher Camponesa.

## INTRODUÇÃO

Quem são as mulheres camponesas?<sup>3</sup> O que buscam as mulheres da roça? Quais são as suas lutas? Que direitos buscam? Por que é importante escrevermos histórias sobre/com elas? A trajetória das mulheres do campo, da floresta e das águas está imersa em um contexto profundamente machista e patriarcal. Embora as mulheres já tenham conquistado visibilidade em diversos setores da sociedade, no campo a história é outra (Schnorrenberger; Angelin, 2018). Muitas mulheres continuam invisibilizadas nesses espaços.

Dona Benta, assim como milhares de mulheres da roça, tem sua história marcada pelo sexismo e patriarcalismo presente em nossa sociedade. Também possui uma trajetória constituída pelas múltiplas funções: “cuidados com a casa e a família e o trabalho na lavoura, tendo, muitas vezes, sua contribuição produtiva e econômica, invisível na trama das relações sociais” (Gonçalves; Guimarães, 2017, p. 234).

Embora a vida das mulheres da roça seja marcada pelas múltiplas funções que desempenham, suas atribuições na agricultura, até final da década de 1980, não eram reconhecidas enquanto trabalho.

Antes da década de 80 do século XX, essas mulheres trabalhadoras rurais e sertanejas integravam os sindicatos apenas como dependentes de seus pais e maridos. Havia na sociedade daquela época uma compreensão de que esse trabalho da mulher era complementar, uma simples ajuda aos chefes de família, conseqüentemente não havia remuneração por seu desempenho e tampouco o reconhecimento de sua contribuição como trabalhadora rural. (Carvalho; Costa, 2015, p. 38).

---

3 Para o Movimento de Mulheres Camponesas, *mulher camponesa*, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. Fonte: <https://mmcbrasil.org/historia/>. Neste artigo, vou narrar a história de uma pequena agricultora que se reconhece como mulher da roça. Portanto, utilizarei o termo mulher da roça.

Só com a Constituição Federal de 1988, a partir de muitas lutas, as mulheres conquistaram o reconhecimento como trabalhadoras rurais. Com a Constituição, “as camponesas tiveram acesso a direitos trabalhistas e, em especial, a direitos previdenciários como a aposentadoria que, pela primeira vez, garantiu acesso à renda a essas mulheres, gerando uma maior autonomia e participação nas decisões familiares”, além de conquistarem o direito à licença maternidade remunerada (Schnorrenberger; Angelin, 2018, p. 51).

O reconhecimento dos direitos trabalhistas das mulheres trabalhadoras rurais só foi possível graças às lutas engendradas, na década de 1980, pela organização de coletivos de mulheres.

As mulheres da roça descobriram e abriram caminhos de organização em 1983, no norte do estado do RS e na região Oeste de Santa Catarina, durante o processo de reabertura política no Brasil e das reivindicações por direitos que demarcaram as lutas populares no processo Constituinte. Com as discussões da Constituinte da Roça, especialmente, foram fomentados encontros de mulheres em muitas regiões de ambos os Estados, pois elas aportavam muitos questionamentos a sociedade: **‘por que eu não tenho direito? Por que só posso me aposentar quando meu marido vier a falecer? Por que eu valho menos? Por que o que eu produzo vale quase nada? Será que é possível mudar essa situação?’** Assim deu-se início da Organização das Mulheres da Roça – OMR-RS (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 95-96, grifo nosso).

Nos anos de 1980 e 1990, as lutas no âmbito do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) estavam fortemente conectadas às questões de gênero e classe na busca por direitos trabalhistas e previdenciários – muitos desses direitos, como a sindicalização feminina, a participação na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o reconhecimento profissional, aposentadoria, auxílio-acidente, auxílio-doença e salário-maternidade, foram garantidos, em boa parte, pela Constituição Federal de 1988 (Salvaro, Lago, Wolff, 20013). Em 2004, com outros movimentos rurais autônomos de mulheres do Brasil, consolidou-se um movimento autônomo e nacional, o Movimento de Mulheres

Camponesas (MMC). A formação do MMC é resultado de um processo contínuo voltado à unificação de lutas históricas. Em âmbito nacional, Ainda, o MMC é um dos primeiros movimentos que congrega a luta camponesa classista com o feminismo (Conte; Weschenfelder; 2013).

Outro movimento que merece destaque é a Marcha das Margaridas, fundado no ano de 2000 e promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). A marcha homenageia Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 1983 por defender os direitos dos trabalhadores rurais. O evento busca dar visibilidade e conquistar reconhecimento social e político para as trabalhadoras do campo, da floresta e das águas. Realizada a partir do ano 2000, com edições também em 2003, 2007, 2011, 2015, 2019 e 2023, a Marcha tem revelado grande capacidade de mobilização e organização de mulheres de todo país.

A organização das mulheres camponesas em movimentos “[...] propiciou uma significativa mudança identitária nessas mulheres e uma reconfiguração do seu papel de gênero no campo” (Schnorrenberger; Angelin, 2018, p. 48).

Esse processo de mudança identitária propiciado pelos movimentos de camponesas foi possível a partir de resistência, reflexões e vivências na luta cotidiana, mas, em especial, pelas conquistas jurídicas que lhes garantiram redistribuição renda – o acesso a recursos tem gerado um certo empoderamento dessas mulheres que, com autonomia financeira começam a se emancipar da tutela masculina -, e reconhecimento identitário como trabalhadoras, saindo da invisibilidade social e jurídica. (Schnorrenberger; Angelin, 2018, p. 54-55).

Embora as mulheres já tenham conquistado visibilidade em diversos setores da sociedade, no campo a história é outra (Schnorrenberger, Angelin, 2018). Muitas mulheres continuam invisibilizada nesses espaços e, muitas vezes, impedidas de estudarem. Em 2008, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres enfatiza que, ainda, muitas mulheres rurais permanecem “[...] sem acesso à cidadania, saúde, educação e sem reco-

nhecimento da sua condição de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa” (Brasil, 2008, p. 141).

## METODOLOGIA

Dona Benta, mulher da roça, agricultora aposentada, casada, mãe de duas mulheres e dois homens, tem 82 anos e vive no município de São João do Sul, sul de Santa Catarina. Por que contar a história da Dona Benta? Porque poucas são as mulheres lembradas e consideradas pela historiografia e,

[...] quando são lembradas, geralmente ‘só foram alguém, por terem sido esposas de alguém importante, que as fez ser...’ ou porque foi ‘santa’ sendo morta, sacrificada pela causa dos outros, etc. Além disso, **o padrão existente na sociedade é urbano, então, menos ainda se sabe sobre mulheres camponesas** (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 87, grifo nosso).

Para o desenvolvimento da pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizei a história de vida.

Pesquisar em histórias de vida é participar da reconstrução da memória de vivências narradas ao pesquisador. As histórias de vida, nessa acepção, contribuem para que os sujeitos da narração ressignifiquem acontecimentos e recriem fatos da memória individual e coletiva trilhados em suas vidas, delimitados por marcas construídas numa relação intrapessoal, consigo mesmo e, interpessoal, estabelecida na relação com o outro (Simão; Frison, 2020, p. 73).

Olhar para a história de vida da Dona Benta é, também, olhar para as práticas sociais e para as formas como ela atua e se relaciona com seu espaço local e global. É buscar pelos acentos coletivos que são estabelecidos através de sua trajetória e constituição enquanto mulher da roça. Para a escrita da história é importante compreender que o processo para recolher as histórias

[...] se dá no tempo do encontro. Pesquisador e sujeito ao iniciarem esse processo aceitam um convite de compartilharem

uma nova experiência, quando o pesquisador deve repensar constantemente os lugares estabelecidos. A história de vida ressalta a abertura ao sujeito que narra e para isso esse encontro necessitará de interação e afeto (Nogueira *et al.*, 2017, p. 483).

Nosso encontro foi realizado em agosto de 2025, na casa de Dona Benta, no município de São João do Sul. Nossa conversa sobre sua infância, sua família, seus estudos e sua relação com o trabalho na roça transbordou alegria, tristeza, risos, emoções, lágrimas e saudades,...

É importante enfatizar que “é no lugar que mora a memória e a experiência, pois é onde a vida acontece e, assim, é onde o sentido e os significados se inscrevem; ficando ali registrados para serem recriados” (Nogueira *et al.*, 2017, p. 481). Sentadas lado a lado, em um sofá, compartilhamos experiências, afeto, algumas risadas e muitas reflexões. Conversamos sobre sua infância, sua relação com a família, e, principalmente, como foi seu processo escolar e sua atual relação com a educação.

Portanto, o que escrevo é fruto de uma escolha, referente à trajetória de vida da Dona Benta, que fiz nas ruínas de sua biblioteca para descrever como foi sendo construído, em diferentes momentos, suas relações com o campo, a educação e sua constituição enquanto mulher. O texto que segue é constituído por fragmentos das memórias de Dona Benta e por fatos que marcaram a sua trajetória.

## **DONA BENTA: MEMÓRIAS VIVIDAS, REMEMORADAS E FALADAS**

Dona Benta nasceu em São João do Sul, sul de Santa Catarina, no ano de 1943, mas só foi registrada em 1945. Em suas palavras: “*Naquele tempo era assim... os filhos nasciam e os pais não registravam na hora. Aí, quando dava, eles iam registrar. Eu nasci dia 26 de junho, e o pai registrou no dia 26 de junho mas, 2 anos depois, 2 anos depois.. E a gente perde esses dois anos até pra se aposentar*”. Essa diferença de datas revela muito do tempo em que ela nasceu. As burocracias vinham depois, quando fosse possível; a sobrevivência e o trabalho eram mais urgentes.

A sua vida foi marcada pela pobreza e pelas dificuldades de uma época. *“No tempo da minha infância foi muito difícil... naquele tempo era tudo muito difícil, não tinha luz, não tinha água encanada, não tinha banheiro. O banho era dentro de uma bacia, uma vez por semana”*. Ela faz questão de detalhar: *“De noite a gente só lavava os pés e a cabeça numa bacia. Era assim que a gente foi criado. O pano dos pés não podia ser o mesmo do rosto, cada coisa tinha o seu. E a gente se lavava com sabão feito em casa, sabão ruim, que deixava o cabelo duro”*. O sabão era feito de gordura reaproveitada. Cumpria a função mínima: tirar a sujeira.

Quando fala disso, Dona Benta sempre compara com o presente: *“Hoje eu penso: tanta facilidade que tem no mundo, e ainda reclamam. Só sabe disso quem pegou a transição. Quem não pegou, não tem noção”*. A casa da família era simples, de madeira. Não havia divisões confortáveis; muitas vezes, um único cômodo servia para várias funções. O banheiro, quando existia, ficava no fundo do quintal. Mas, na maioria das vezes, o mato cumpria essa função. *“Muitas vezes não tinha patente atrás de casa. A gente ia no mato. O banho, dentro da bacia. Era o que tinha”*.

## INFÂNCIA E BRINCADEIRAS

Mesmo com tantas limitações, havia espaço para brincar. *“Eu brincava, trabalhava, mas também brincava de boneca. Tinha boneca de pano”*. Mas houve um momento marcante em que Dona Benta conheceu outra realidade: *“Uma vez fui em Torres passear, eu era pequena, vi uma boneca muito bonita. Ai eu fiz o pai comprar pra mim. Ele era muito meu puxasaco, comprou. Eu lembro até hoje daquela boneca. Eu não me lembro quantos anos eu tinha, eu sei que eu era bem pequenininha, bem pequena. Vi aquela boneca. Ai pai, eu quero aquela boneca mas, era 1 boneca muito bonita. Fiz o pai comprar”*.

As brincadeiras também se misturavam com a vida prática. Buscar água, ajudar na cozinha, cuidar dos irmãos – tudo isso fazia parte do coti-

diano, mas virava, em alguns instantes, motivo para jogos e risadas. O brincar e o trabalhar se confundiam.

Um dos maiores encantos da memória da infância são as viagens de carro de boi. *“Nós íamos pra Torres de carro de boi, era um dia todinho de viagem. Ficávamos dois, três dias passeando. Dormíamos na casa da irmã da vó. Era muito bom”*. O carro de boi rangia pelo caminho, puxado lentamente. As crianças iam sentadas em cima da carga, embaladas pelo balanço. No meio da estrada, a família parava para descansar. *“Nós tomava café na estrada, fazia um foguinho, botava uma chaleira, fervia a água e tomava café. Era diferente, mas era muito gostoso”*.

Ela também se recorda das transformações que presenciou: *“Eu me lembro quando estavam construindo o hospital de Torres. Nós brincávamos lá. A cidade ainda era toda de areia. Tinha as dunas de areia da praia. Tudo era diferente. Meu Deus, como é que mudou tanto”*. Essas viagens eram festas para as crianças. O caminho era cansativo, mas cheio de novidades. A estrada era longa, mas havia cantorias, conversas, pequenas paradas que viravam aventuras.

## FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

A casa era cheia. *“Nós éramos sete irmãos, duas mulheres e cinco homens. Um irmão morreu em 2024, o Alcides. Sempre foi muito pobre. Mas a gente se criou porque não tinha outro jeito. Tinha que criar”*.

Ser criança, ali, era também ter responsabilidade. *“Cuidei do Tio Nequinho, do Tio Jardim... até da tua mãe eu cuidava, botava no colo, ela era muito chorona. Naquele tempo não tinha fralda, não tinha nada. Era só pano velho, enrolava bem amarradinho. Quando via, os pés já estavam de fora. Fazia xixi e cocô no pano. Meu Deus, naquele tempo criar os filhos era assim”*.

As crianças ficavam tanto tempo enroladas que demoravam mais a andar. *“As crianças demoravam mais pra se desenvolver, porque ficavam muito tempo enroladas. Não se mexiam. Por isso só iam caminhar depois*

de mais de um ano. O pai dizia: também, como é que vão se desenvolver, todo amarrado?”.

**Figura 1** – Família de Dona Benta<sup>4</sup>.



**Fonte:** arquivo da irmã Augusta.

Além de cuidar dos irmãos, Dona Benta ajudava nos afazeres da casa. “*Eu nunca fui muito da roça, fui mais da casa. Limpava, fazia comida, ajudava a vó. O tio Jardilo e o tio Nequinhoo, fui eu que criei. Coitadinhos, eram como se fossem meus filhos*”. Essa divisão do trabalho infantil era naturalizada. Meninas aprendiam desde cedo a cozinhar, limpar, cuidar de bebês. Meninos, a lidar com o arado, o pasto, os animais. Era assim que as famílias sobreviviam.

Entre todas as lembranças de Dona Benta, há uma que carrega mais peso que qualquer outra: a ausência da escola. Enquanto os irmãos iam estudar, Dona Benta ficava em casa. “*Eu nunca estudei. Meus pais não aceitaram. O pai dizia que filha mulher não precisava estudar. Isso foi o que me deixou muito pesar na minha vida*”.

Ela lembra que os meninos caminhavam longas distâncias até Nova Fátima para ter aula. “*la a pé, por meio do mato, estrada ruim. Mas iam. Eu não. Mulher não precisava. Só aprendi umas coisinhas depois, com o Pedro. Até hoje tenho vontade de ter estudado*”. O sonho de aprender a

4 À esquerda, as duas irmãs (Benta e Augusta), a mãe e o pai. À direita, os cinco irmãos.

ler e escrever não a abandonou. *“Eu tinha vontade de pegar um livro e ler em voz alta, na frente das pessoas. Ler nas novenas, nas festas da igreja... mas eu não sei. Isso me deixou muita mágoa”*.

Ela fala dos estudos sempre com um tom de lamento, como se fosse uma ferida que nunca cicatrizou. *“Eu nunca estudei. Meus pais não aceitaram. O pai dizia que filha mulher não precisava estudar. Isso foi o que me deixou muito pesar na minha vida”*.

O pai de Dona Benta acreditava que bastava para as filhas aprenderem os trabalhos da casa: cozinhar, lavar, cuidar das crianças. O destino delas estava traçado: primeiro ajudar no lar dos pais, depois casar-se e continuar o mesmo ciclo. Ela recorda: *“Os meninos estudaram. Eles iam a pé até Nova Fátima. A estrada era ruim, passava pelo mato, mas iam. A tua mãe também estudou um pouquinho. Mas eu não. Mulher não precisava. Só aprendi umas coisinhas depois, com o Pedro. Até hoje tenho vontade de ter estudado”*. Essa “vontade” nunca desapareceu. Está viva até hoje, como se fosse um pedaço da vida que faltou.

Enquanto via os irmãos se arrumarem para sair, Dona Benta ficava em casa. Ficava com a responsabilidade de limpar, cozinhar, cuidar dos mais novos. Não havia alternativa. *“Eu tinha vontade de ir junto, mas não podia. O pai não deixava. Dizia: ‘mulher não precisa’. Eu ficava só olhando”*.

A falta dos estudos, traz uma grande frustração, repetida várias vezes por Dona Benta, a de nunca ter conseguido ler em público. *“Eu tinha vontade de pegar um livro e ler em voz alta, na frente das pessoas. Ler nas noveninhas, nas festas da igreja... mas eu não sei. Isso me deixou muita mágoa”*. Não ter esse conhecimento significava depender sempre dos outros. E isso, para ela, foi doloroso.

Já casada, tentou aprender um pouco. O marido, Pedro, ajudou. *“Aprendi pouquinho depois que me casei. O Pedro me ensinou. Hoje ele até esqueceu tudo e às vezes me pergunta as coisas. Eu digo: credo, homem, tu me ensinou e agora vens perguntar pra mim?”*.

O aprendizado tardio nunca supriu o vazio. Saber assinar o nome, fazer contas simples, decifrar algumas palavras não é o mesmo que ter vivido a

experiência escolar. A escola que não veio não foi apenas a perda de conteúdo, mas de vivência: de colegas, de professores, de brincadeiras,...

Para Dona Benta, isso significou uma vida inteira com a sensação de algo inacabado. *“Isso foi o que me deixou muito pesar na minha vida”*. Talvez por isso, ela tenha insistido tanto para que os filhos estudassem. *“Eu queria que meus filhos todos estudassem. Eles não tiveram vocação pra faculdade, mas todos fizeram o ensino médio. Só a Maria Helena seguiu minha vontade e fez graduação. Tudo que eu queria ser, ela foi. Ela realizou meu desejo”*.

Ao falar da filha mais velha, os olhos brilham: *“Eu olho pra ela e penso: eu queria ter sido como a Maria Helena, queria ter estudado. A Maria Helena foi o que eu queria ser”*. Mesmo aqueles que não seguiram adiante, ela respeita, mas reforça sempre: *“O José me disse: mãe, se um dia eu quiser fazer faculdade, eu faço. E eu sei que ele faz, porque capacidade ele tem. Mas a escolha foi deles. O meu sonho era que todos estudassem, mas já fico feliz por eles terem tido essa oportunidade, que eu não tive”*.

**Figura 2** - Dona Benta e sua irmã Augusta.



**Fonte:** arquivo da filha mais velha.

## O CASAMENTO E OS FILHOS

Dona Benta casou em 1969, aos 26 anos, com seu namorado Pedro. *“Eu conhecia ele desde pequenos e eu nunca pensei de namorar com ele. Mas, um dia nos encontramos numa festa, nos conhecemos, conversamos, dançamos. E já surgiu o namoro e ficou pra sempre. Namoramos 4 anos e casamos. Faz 56 anos que casamos. Tivemos 4 filhos. Dois homens e duas mulheres”*. Emocionada, ela relata que *“eu tenho uma família muito querida, todos os quatro filhos. Meu filho pra mim é tudo na minha vida. Tem os netos, tem os bisnetos, que são muito queridos, meu bisneto (4 anos) disse assim, ‘ô vó, tu te cuida vó. Olha vó se tu não te cuidar, que tu ir pro hospital de novo, a minha mãe não vai cuidar de ti (risos). E são as coisas mais engraçadinhas. A gente tem aquele amor né. É assim um amor pra gente. Se a gente passa trabalho por alguma coisa mas a gente esquece”*.

Em 1970, com uma bebê de 11 meses (Maria Helena) e grávida de 6 meses (Nara), a família se mudou para Porto Alegre em busca de uma vida melhor e ficaram lá por 11 anos. A migração para a capital do Rio Grande do Sul foi motivada por seu sogro. Para ele, *“viver na roça era muito difícil. Tinha que viver na cidade porque na cidade era bom”*. O sogro de Dona Benta vendeu suas terras e mandou todos os seus filhos para Porto Alegre, em busca de uma vida melhor. Lá, Seu Pedro trabalhava como operário nas indústrias e Dona Benta cuidava da casa e dos filhos. Foi na capital que ela tirou seu primeiro documento de identidade e a carteira de trabalho *“tirei a carteira de trabalho, mas, não trabalhei. Lá em Porto Alegre eu só cuidei dos meus filhos e da casa”*. Em 1977, Dona Benta e seu Pedro tiveram o terceiro filho na capital (Fabrício).

Mas, os anos de 1980 marcaram um novo capítulo na vida da família. A vida na cidade havia se tornado difícil e marcada pelo alto índice de desemprego. Seu Pedro se machucou no trabalho, Dona Benta relata que ele *“pegou peso, deslocou a coluna. Na época ficou 9 meses em benefício. Ai quando voltou foi demitido”*. Após a demissão, ele não conseguiu mais emprego. Então, a família decidiu voltar para São João do Sul. *“Ficou*

*muito ruim do serviço. Daí viemos pra cá trabalhar aqui*”, explicou Dona Benta. De volta à cidade natal, ela começou a trabalhar na lavoura, tornando-se agricultora. *“Depois que eu vim embora pra cá fomos trabalhar com lavoura, aí eu me botei na roça”*, conta ela, referindo-se principalmente ao trabalho no cultivo de fumo. Ela lembra de ter feito *“muitas bonecas de fumo”* na época em que seus filhos, ainda crianças, andavam na lavoura com ela. Hoje, ela é aposentada como agricultora, uma profissão que assumiu depois de retornar para casa.

*“Quando eu vim pra cá. Morei nos fundos da casa do meu irmão Alcides. Naquela cozinha da tia Nena era uma varanda grande, tinha quarto e tudo. Aí nós moramos ali um ano. Depois o Pedro vendeu lá em Porto Alegre e compramos essa casa aqui. Aqui era o terreno do vô (pai dela), já era a minha herança do vô. Eu já tinha os 3 filhos, foi aqui que nasceu o José. No dia que eu completei os 43 anos ele nasceu. O meu pequenininho, até hoje eu penso que é o meu pequenininho. Tem 39 anos. Ai meu Deus. Às vezes ele fala ‘mãe eu não sou mais pequenininho’. Meu filho eu penso que tu é pequenininho”*.

Abaixo apresento uma sequência de fotos disponibilizadas pela Maria Helena, filha mais velha.

**Figura 3** – Dona Benta e Seu Pedro, acompanhados de seus filhos, celebraram os 50 anos de casamento.



**Fonte:** arquivo da filha mais velha.

**Figura 4** – Dona Benta, Seu Pedro e os bisnetos.



**Fonte:** arquivo da filha mais velha.

**Figura 5** – Dona Benta, os netos e um bisneto.



**Fonte:** arquivo da filha mais velha.

**Figura 6** – Dona Benta e sua família no Natal de 2023.



**Fonte:** arquivo da filha mais velha.

## O CONTRASTE COM O PRESENTE

Ao comparar passado e presente, a diferença parece imensa: *“Hoje é tudo mais fácil. Tem faculdade, tem instituto federal, tem ônibus que leva em meia hora. No meu tempo não tinha nem água, nem luz, muito menos escola pra mulher. Cada tempo tem suas dificuldades. Mas só sabe disso quem viveu a transição. Quem não pegou, não tem noção”*.

Na fala de Dona Benta, a escola aparece como símbolo de algo maior: dignidade, autonomia, independência. Ter estudado significaria poder ler um livro sozinha, assinar o nome com firmeza, ajudar os vizinhos, ler em voz alta nas novenas.

Não ter estudado significa, para ela, uma limitação que a acompanha até hoje. É como se sempre houvesse uma lacuna, um “se” não realizado. *“Se eu pudesse voltar atrás, queria ter estudado. Isso foi o que me faltou”*.

Mas há também a percepção de que, mesmo sem ter tido essa chance, ela conseguiu transformar sua dor em herança positiva para a família. Ao insistir no estudo dos filhos, abriu caminhos. *“Eu não estudei,*

*mas eles estudaram. E os bisnetos vão mais longe ainda. Isso me consola. Porque, mesmo que não tenha sido pra mim, foi pra eles. E é isso que importa”.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pude concluir que, a história de Dona Benta é permeada por múltiplas funções, pelas desigualdades de gênero que estão/são presentes no campo brasileiro, pelo trabalho infantil que iniciou muito cedo em sua vida e, principalmente, por sua impossibilidade de frequentar o ambiente escolar, realidade de muitas mulheres camponesas até a atualidade. Ainda, a história da Dona Benta, por mais individual que pareça ser, faz parte de um contexto coletivo que está permeado por relações de poder.

Abaixo, busco dialogar alguns fragmentos da história de Dona Benta com os contextos políticos, econômicos e sociais, evidenciando que sua história entrelaça-se ao coletivo:

- A impossibilidade de estudar deixou um vazio na vida de Dona Benta, segundo ela, *“Isso foi o que me deixou muito pesar na minha vida”*. Assim como ela, muitas meninas e mulheres foram impedidas de estudarem. De acordo com o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, 2008), o acesso à educação é menor entre meninas e mulheres do campo, em relação às que vivem nas zonas urbanas. No III Plano Nacional de Políticas para Mulheres (Brasil, 2013), é reconhecido que a educação brasileira ainda não incorporou totalmente o princípio da igualdade de gênero. Embora haja um equilíbrio entre as matrículas em quase todos os níveis de ensino, a desigualdade permanece nos conteúdos educacionais, nos cursos e nas carreiras acessados por mulheres e homens. Ainda, entre as mulheres, o III Plano enfatiza que a taxa de analfabetismo das mulheres negras é o dobro da taxa das mulheres brancas e o acesso à educação das meninas e mulheres

das áreas rurais é menor, em relação às que vivem nas áreas urbanas (Brasil, 2013).

- O registro civil de nascimento tardio, mencionado por Dona Benta, ou a falta de registro, embora tenha diminuído, ainda é um problema recorrente no Brasil. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em uma reportagem publicada em 2015, “em relação aos registros tardios com até 10 anos de atraso, os dados mostram uma drástica redução entre 1974 e 2004 – último ano disponível para análise –, saindo de 54,7% para 10,2%”<sup>5</sup>. Políticas públicas como a gratuidade do registro<sup>6</sup>, mutirões, instalação de cartórios em maternidades e campanhas de mobilização, foram fundamentais para reduzir o sub-registro civil de nascimento. As causas do sub-registro são diversas e complexas: “1. Falta de reconhecimento paterno; 2. Ausência de documentação dos pais; 3. Distância dos cartórios e custo de deslocamento; 4. Desconhecimento da importância do registro e sua gratuidade; 5. Ausência de cartórios em alguns municípios” (Almeida; Almeida; Ávila, 2025, p. 9809).
- Dona Benta menciona a busca por uma “vida melhor” na cidade. Vale destacar que o êxodo rural<sup>7</sup> no Brasil ganhou força com o início da industrialização, a partir de 1930, muitas famílias migraram para grandes centros urbanos em busca por melhores condições

5 Reportagem disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2015/dezembro/brasil-erradica-sub-registro-civil-de-nascimento?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2015/dezembro/brasil-erradica-sub-registro-civil-de-nascimento?utm_source=chatgpt.com) acesso em: 05 set. 2025.

6 A Lei nº 9.534, de 1997, deu nova redação ao artigo 30 da Lei nº 6.015, de 1973, garantindo a gratuidade dos registros de nascimento e óbito. De acordo com o artigo, “Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva”.

7 Êxodo rural no Brasil é quase o dobro da média mundial e desafia sustentabilidade do campo e cidade. Banco Mundial aponta que percentual da população rural encolheu 34% em 22 anos no país (2000-2022), quase o dobro da média mundial. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/18/exodo-rural-no-brasil-e-quase-o-dobro-da-media-mundial-e-desafia-sustentabilidade-do-campo-e-cidade#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20rural%20no%20Brasil,foi%20de%2019%2C2%25>.

de vida. A escolha de migrar para Porto Alegre no início dos anos 1970 ecoa esse grande fluxo migratório nacional. A busca por uma “vida melhor”, seguida do retorno devido às dificuldades urbanas — reflete as nuances do êxodo rural.

- Sua vivência, cuidando de irmãos e realizando tarefas domésticas desde criança, representa uma forma de trabalho infantil normalizada para aquelas gerações rurais. Embora seus esforços ajudassem a manter a família, a prática implicava perdas — como a impossibilidade da formação escolar — reforçando desigualdades de gênero vivenciadas por ela e tantas outras mulheres.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. I.; ALMEIDA, D. M. do A.; AVILA, C. F. D.. Registro civil de nascimento, dignidade da pessoa humana e direitos no Brasil: a invisibilidade social, pessoas sem documentos e subdesenvolvimento em perspectiva. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 9805-9839, 2025. DOI: [10.56238/arev7n2-300](https://doi.org/10.56238/arev7n2-300). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3566>. Acesso em: 17 set. 2025.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

CARVALHO, C. R.; COSTA, M. A. T. S.. A trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco: 1984-2015. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. [...], abr./jun. 2017.

CONTE, I. I.; MARTINS, M. D.; DARON, V. P.. Movimento de mulheres camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa.

In: PALUDO, Conceição (org.). **Mulheres resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: CEBI, 2009. p. x-y.

CONTE, I. I.; WESCHENFELDER, N. V.. Possibilidades de construção da igualdade de gênero no campo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 2, p. 445-460, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v21i2.2165>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2165>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GONÇALVES, R. Q.; GUIMARÃES, S. de M. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p231>. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3287/9643>. Acesso em: 11 jun. 2024.

NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. de; ARAUJO, A. D. G.; PIMENTA, D. A. O. O método de história de vida: exigências de um encontro em tempos de aceleração. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/16.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. de S.; WOLFF, C. S.. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividade. **Psicologia Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100010>.

SCHNORRENBERGER, N.; ANGELIN, R. Mulheres camponesas no Brasil: a luta por direitos de cidadania e reconhecimento identitário. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 38-57, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v5n3.2018.234>. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/234>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SIMÃO, A. M. da V.; FRISON, L. M. B.. Histórias de vida em pesquisa (auto) biográfica: circuito que inclui tempos, lugares e autorregulação da aprendizagem. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 13, p. 71-90, jan./abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p71-90>. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7508>. Acesso em: 11 jun. 2024.